



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 08/2006

CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

PROVA OBJETIVA – FASE PRELIMINAR
PRIMEIRA PARTE

– MANHÃ –

MATÉRIA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 40

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



FAURGS

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



INSTRUÇÕES

- 01.** Esta PROVA consta de **40** questões objetivas (40 questões de Língua Portuguesa).
- 02.** Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 03.** Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada, com caneta esferográfica, de cor azul ou preta, na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 04.** Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **41** serão desconsideradas.
- 05.** Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
- 06.** Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 07.** A duração da prova é de **03 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 08.** Antes de decorridas **2** (duas) horas do início da prova, não será permitido ao candidato retirar-se, levando consigo os cadernos de prova.
- 09.** A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

Instrução: As questões de números **01 a 10** referem-se ao texto abaixo.

01. Uma das características essenciais da dialética é o espírito crítico e autocrítico. Assim como examinam constantemente o mundo em que atuam, os dialéticos devem estar sempre dispostos ____ rever as interpretações em que se baseiam para atuar.
02. Quando a filha de Marx pediu ao pai para responder a um questionário organizado por ela e lhe perguntou qual era o lema que ele preferia, Marx respondeu: "Duvidar de tudo".
03. Para homens engajados num combate permanente, como os marxistas, é difícil colocar em prática esse lema. Com frequência, se manifesta entre os marxistas uma tendência que os leva a substituir a análise concreta das situações concretas por um conjunto de fórmulas especulativas, por um esquema geral no qual as coisas são enquadradas forçadamente, precipitadamente. Essa tendência se manifestava já em Hegel, que era idealista, e continuou a se manifestar entre os marxistas.
04. Na medida em que se deixam influenciar pela tendência mencionada acima, os revolucionários passam a querer transformar o mundo sem se preocuparem suficientemente com a transformação deles mesmos. Com isso, perdem muito da capacidade de autocrítica e não conseguem se renovar tanto quanto é necessário.
05. Diversos críticos, hostis ____ dialética, têm aproveitado essas deficiências para sustentar que o pensamento dialético despreza o rigor da análise e se presta ____ "acrobacias" intelectuais. José Guilherme Merquior ainda foi mais longe e chamou a dialética de "dama de costumes fáceis". Os defensores da dialética não podem se limitar a explicar para Merquior o verdadeiro alcance dos princípios de Hegel e de Marx; precisam saber aplicar esses princípios, de maneira conseqüente, ____ uma realidade que – conforme conhecemos – está sempre mudando.

Adaptado de: KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Ática, 1984.

- 01.** Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto na seqüência em que elas aparecem (l. 04, 27, 30 e 36).

- (A) a – a – a – a
(B) a – à – à – à
(C) a – a – à – à
(D) à – à – à – a
(E) a – à – a – a

- 02.** As palavras listadas na primeira coluna abaixo, considerando os contextos em que ocorrem no texto, são sinônimos das palavras listadas na segunda coluna, à **EXCEÇÃO** de

1ª coluna	2ª coluna
(A) <i>dispostos</i> (l. 04)	atentos
(B) <i>mencionada</i> (l. 21)	referida
(C) <i>mesmos</i> (l. 23)	próprios
(D) <i>diversos</i> (l. 27)	vários
(E) <i>sustentar</i> (l. 28)	afirmar

- 03.** Assinale a alternativa que contém a afirmação correta sobre a classificação das palavras destacadas no texto.

- (A) *essenciais* (l. 01) não tem a mesma função sintática de *crítico* e *autocrítico* (l. 02).
(B) *os dialéticos* (l. 03) é sujeito, respectivamente, de *examinam* (l. 02), de *atuam* (l. 03) e de *baseiam* (l. 05).
(C) o sujeito da forma verbal *baseiam* (l. 05) é *interpretações* (l. 04-05).
(D) *os* (l. 13) tem a mesma função sintática de *os* (l. 12).
(E) *esses princípios* (l. 35) é objeto indireto de *aplicar* (l. 35).

- 04.** Quanto à transitividade verbal, é correto afirmar, a respeito do uso de verbos no texto, que

- (A) *atuam* (l. 03) é transitivo direto.
(B) *perguntou* (l. 07-08) é transitivo direto e indireto.
(C) *perdem* (l. 24) é intransitivo.
(D) *sustentar* (l. 28) é transitivo indireto.
(E) *despreza* (l. 29) é transitivo indireto.

- 05.** As palavras *constantemente* (l. 03), *precipitadamente* (l. 16-17) e *suficientemente* (l. 23) são todas

- (A) advérbios derivados de substantivos.
(B) advérbios derivados de advérbios.
(C) advérbios derivados de adjetivos.
(D) adjetivos derivados de adjetivos.
(E) adjetivos derivados de substantivos.

06. Sobre os usos das aspas no texto, é correto afirmar que

- (A) as aspas da linha 30 indicam a transcrição de um texto de José Guilherme Merquior.
- (B) as aspas da linha 30 indicam que a palavra está sendo usada em sentido literal.
- (C) as aspas da linha 32 indicam que as palavras em questão não podem ser atribuídas ao autor do texto.
- (D) as aspas da linha 32 indicam que as palavras em questão estão sendo usadas em sentido denotativo.
- (E) as aspas das linhas 30 e 32 indicam que as palavras estão sendo usadas em sentido vulgar.

07. Quanto à classificação das palavras, tal como empregadas no texto, é correto afirmar que a palavra

- (A) **que** (l. 18) é pronome.
- (B) **a** (l. 22) é artigo.
- (C) **que** (l. 28) é pronome.
- (D) **para** (l. 33) é conjunção.
- (E) **conseqüente** (l. 36) é advérbio.

08. Quanto à estrutura e à formação das palavras usadas no texto, é correto afirmar que

- (A) **marxistas** (l. 11) é formada a partir de substantivo com o acréscimo do sufixo *-ista*.
- (B) **idealista** (l. 18) é formada a partir de substantivo com acréscimo do sufixo *-lista*.
- (C) **revolucionários** (l. 21) é formada a partir de adjetivo com acréscimo do sufixo *-ário*.
- (D) **transformação** (l. 23) é formada por parassíntese a partir de adjetivo.
- (E) **autocrítica** (l. 24) é formada por parassíntese a partir de adjetivo.

09. A substituição de **os revolucionários** (l. 21) por **o marxista** acarreta a modificação, para fins de concordância, de quantas outras palavras do parágrafo (l. 20-26)?

- (A) Quatro.
- (B) Cinco.
- (C) Seis.
- (D) Sete.
- (E) Oito.

10. Quanto aos usos da palavra **que** no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O **que** (l. 03) é preposição.
- (B) O **que** (l. 08) é conjunção coordenativa explicativa.
- (C) O **que** (l. 18) é pronome relativo e introduz oração subordinada adjetiva.
- (D) O **que** (l. 28) é conjunção subordinativa causal.
- (E) O **que** (l. 36) é conjunção e introduz uma oração coordenada conclusiva.

Instrução: As questões de números **11** a **15** referem-se ao texto abaixo.

A conversão

- 01. O Gerson acordou no dia primeiro e declarou para
- 02. a mulher, Fátima, que tinha tomado uma resolução de
- 03. Ano-Novo.
- 04. – Agora eu sou neoliberal.
- 05. Gerson e Fátima moravam numa casa de dois
- 06. quartos junto com três filhos, a mãe dele, a mãe e o
- 07. pai dela, uma irmã da mãe que era nervosa e um ir-
- 08. mão mais velho da Fátima que foi quem fez o único
- 09. comentário, que ninguém entendeu muito bem, sobre
- 10. a decisão do Gerson:
- 11. – Eu acho que agora é tarde.

Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. *Novas comédias da vida privada*. Porto Alegre: LPM, 1996.

11. A respeito do uso dos pronomes no texto, é correto afirmar que

- (A) **dele** (l. 06) é pronome possessivo, refere-se a **Gerson** (l. 05) e, considerando o contexto em que ocorre, exerce a função de um substantivo.
- (B) **dela** (l. 07) é pronome possessivo, refere-se a **Fátima** (l. 05) e, considerando o contexto em que ocorre, exerce a função de um adjetivo.
- (C) **quem** (l. 08) é pronome relativo e, considerando o contexto em que ocorre, refere-se a antecedente plural.
- (D) **ninguém** (l. 09) é pronome relativo e, considerando o contexto em que ocorre, exerce a função de um substantivo.
- (E) **ninguém** (l. 09) é pronome indefinido e, considerando o contexto em que ocorre, exerce a função de um adjetivo.

12. Quanto à oração **que tinha tomado uma resolução de Ano-Novo** (l. 02-03), é correto afirmar que é uma oração subordinada

- (A) adjetiva restritiva.
- (B) adverbial causal.
- (C) substantiva completiva nominal.
- (D) substantiva objetiva direta.
- (E) substantiva subjetiva.

13. Assinale a alternativa que contém afirmação correta a respeito, respectivamente, da formação das palavras **Ano-Novo** (l. 03) e **comentário** (l. 09).

- (A) **Ano-Novo** decorre de processo de composição, e **comentário** decorre de processo de sufixação.
- (B) **Ano-Novo** decorre de processo de composição, e **comentário** decorre de processo de prefixação.
- (C) Ambas decorrem de processo de composição.
- (D) Ambas decorrem de processo de sufixação.
- (E) **Ano-Novo** é um neologismo, e **comentário** decorre de processo de composição.

14. A respeito do texto, é correto afirmar que

- (A) as vírgulas da linha 02 separam um vocativo.
- (B) o título refere-se à resolução tomada por Gerson, que está explicitada na linha 04 pela frase – **Agora eu sou neoliberal**.
- (C) os travessões das linhas 04 e 11, respectivamente, indicam a manutenção do mesmo interlocutor.
- (D) a oração **que era nervosa** (l. 07) classifica-se como subordinada adjetiva e refere-se ao antecedente **mãe** (l. 07).
- (E) a palavra **agora** (l. 11) indica mudança de interlocutor.

15. Assinale, entre as palavras abaixo, aquela que **NÃO** tem a função de núcleo do sujeito da oração em que se encontra.

- (A) **Gerson** (l. 01)
- (B) **Fátima** (l. 02)
- (C) **eu** (l. 04)
- (D) **ninguém** (l. 09)
- (E) **Eu** (l. 11)

Instrução: As questões de números **16, 17 e 18** referem-se ao texto abaixo.

01. Não existem mais sistemas ideológicos fechados. Na
02. Assembléia Nacional, corpo político criado na França
03. pela revolução de 1789, os membros do chamado Ter-
04. ceiro Estado, revolucionários, sentavam ____ esquer-
05. da, enquanto os nobres ficavam ____ direita. Depois,
06. ____ esquerda teve uma sucessão de teóricos brilhan-
07. tes, culminando com Karl Marx, que (ao menos em teo-
08. ria) definiu com precisão os males do capitalismo e,
09. com menos precisão, a maneira como o socialismo os
10. resolveria. De lá para cá, embolou o meio de campo,
11. aliás embolou o estádio inteiro. Não dá mais para dizer
12. quem são, ____ primeira vista, políticos de esquerda
13. ou de direita.

Adaptado de: SCLIAR, Moacyr. Zero Hora, 15 de agosto de 2006.

16. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto na seqüência em que elas aparecem (l. 04, 05, 06 e 12).

- (A) à – a – a – à
- (B) à – a – à – à
- (C) a – à – à – a
- (D) à – à – à – a
- (E) à – à – a – à

17. No trecho **os resolveria** (l. 9-10), o elemento **os** corresponde a

- (A) **sistemas ideológicos** (l. 01).
- (B) **revolucionários** (l. 04).
- (C) **teóricos brilhantes** (l. 06-07).
- (D) **males do capitalismo** (l. 08).
- (E) **políticos de esquerda** (l. 12).

18. Considerando o trecho **uma sucessão de teóricos brilhantes** (l. 06-07), a alternativa abaixo que corresponde a um **antônimo** adequado para substituir a palavra sublinhada é

- (A) atilados.
- (B) inteligentes.
- (C) lucíferos.
- (D) obtusos.
- (E) voluptuosos.

Instrução: As questões de números 19 a 23 referem-se ao texto abaixo.

01. Às vezes, quando vejo uma pessoa que nunca vi,
02. e tenho algum tempo para observá-la, eu me encar-
03. no nela e assim dou um grande passo para conhecê-
04. la. E essa intrusão numa pessoa, qualquer que seja
05. ela, nunca termina pela sua própria auto-acusação:
06. ao nela me encarnar, compreendo-lhe os motivos e
07. perdôo. Preciso é prestar atenção para não me en-
08. carnar numa vida perigosa e atraente, e que por is-
09. so mesmo eu não queira o retorno a mim mesmo.
10. Um dia, no avião ... ah, meu Deus – implorei –
11. isso não, não quero ser essa missionária.
12. Mas era inútil. Eu sabia que, por causa de três
13. horas de sua presença, eu por vários dias seria
14. missionária.

Adaptado de: LISPECTOR, Clarice. "Encarnação involuntária". In: *Felicidade Clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

19. Considerando o trecho compreendido entre as linhas 07 e 09, é correto afirmar que o narrador do texto

- (A) encarna em pessoas para poder aconselhá-las com mais segurança.
(B) não consegue retornar à sua própria vida.
(C) gostaria de poder encarnar a vida religiosa de uma missionária.
(D) percebe como corrigir os defeitos das pessoas logo que as observa.
(E) considera importante evitar encarnar-se na vida de algumas pessoas.

20. A respeito do verbo **encarnar**, em todos os seus empregos no texto, é correto afirmar que tem o sentido próximo de

- (A) assediar uma pessoa.
(B) colocar-se no lugar de uma pessoa.
(C) exercer a função de uma pessoa.
(D) importunar uma pessoa.
(E) reconhecer uma pessoa.

21. Quanto à forma verbal **perdôo** (l. 07), é correto afirmar que está conjugada na primeira pessoa singular do

- (A) presente do indicativo.
(B) presente do subjuntivo.
(C) pretérito imperfeito do indicativo.
(D) pretérito imperfeito do subjuntivo.
(E) pretérito perfeito do indicativo.

22. Das alternativas abaixo, assinale aquela que contém uma palavra ou expressão que, de acordo com o uso que tem no texto, **NÃO** estabelece relações de tempo.

- (A) **Às vezes** (l. 01)
(B) **nunca** (l. 01)
(C) **nunca** (l. 05)
(D) **mesmo** (l. 09)
(E) **Um dia** (l. 10)

23. No trecho **por causa de três horas de sua presença** (l. 12-13), a expressão **por causa de** pode ser corretamente substituída, de acordo com seu sentido no texto, por

- (A) **consignadas**.
(B) **com a expectativa de**.
(C) **com a finalidade de**.
(D) **graças a**.
(E) **pelo intuito de**.

Instrução: As questões de números 24 a 30 referem-se ao texto a seguir.

01. Barbosa Lessa não foi apenas um dos maiores teó-
02. ricos do tradicionalismo gaúcho; tinha também voca-
03. ção para _____. No ensaio "Nativismo, um Fenômeno
04. Social Gaúcho" (1985), escreveu que a cultura gaúcha
05. viveria um novo ciclo de "ismo" a cada 30 anos. Se-
06. gundo Barbosa Lessa, em 1898, Cezimbra Jacques
07. fundou o primeiro Centro Gaúcho e iniciou o gauchis-
08. mo. Em 1920, o regionalismo passa a ser discutido,
09. sendo sucedido pelo levante tradicionalista de 1948 e,
10. mais tarde, pelo nativismo e seus festivais de música
11. na década de 70. A previsão do folclorista era de que,
12. a partir de 2000, poderíamos assistir à eclosão do
13. barulhismo.

14. Pelo que se vê (e ouve) nos últimos dias, a pouco
15. mais de um mês da sagrada data farroupilha de 20 de
16. setembro, a profecia de Lessa está se cumprindo.
17. Culminando uma série de escaramuças que se esten-
18. dem desde o final dos anos 90, a Confederação Brasi-
19. leira de Tradição Gaúcha decidiu _____ uma série de
20. exigências aos padrões de Centro de Tradições Gaú-
21. chas (CTG), que impedem a contratação dos chama-
22. dos grupos de Tchê Music.

23. A peleia está rendendo debates em rádios e jor-
24. nais, com ambos os lados posando de faca na bota
25. (ou no tênis, se for o caso da Tchê Music). O presi-
26. dente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) do
27. Rio Grande do Sul, Manoelito Savaris, _____ que não
28. existem vetos a grupos, mas a gêneros que se desvi-
29. em do que a entidade _____ como manifestações
30. musicais da tradição gaúcha.

Adaptado de: MENDONÇA, Renato. *Zero Hora*, 12 de agosto de 2006.

24. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto na seqüência em que elas aparecem (l. 03, 19, 27 e 29).

- (A) adivinho – impor – esclarece – define
- (B) adivinho – impor – esclarece – defini
- (C) advinho – impôr – esclarece – define
- (D) adivinho – impôr – esclarece – defini
- (E) advinho – impor – esclarece – define

25. No trecho *a cultura gaúcha viveria um novo ciclo de "ismo" a cada 30 anos* (l. 04-05), qual o significado da expressão "ismo"?

- (A) Debate.
- (B) Gauchismo.
- (C) Modismo.
- (D) Regionalismo.
- (E) Problema.

26. Em relação ao texto, é correto afirmar que o autor

- (A) atribui a razão dos vetos à Tchê Music ao tipo de vestimenta desses grupos musicais e ao barulho que provocam no CTG.
- (B) aproxima o barulhismo citado por Lessa e o estilo musical da Tchê Music.
- (C) concorda com a supremacia da música gaúcha tradicional frente ao barulho que marca a Tchê Music.
- (D) entende que o CTG passou a ser desprezado conforme previra Lessa e que isso gera um barulho.
- (E) sublinha que cada vez mais pessoas aderem à Tchê Music e ao seu estilo barulhento.

27. Considere o trecho *Pelo que se vê (e ouve) nos últimos dias, a pouco mais de um mês da sagrada data farroupilha de 20 de setembro, a profecia de Lessa está se cumprindo* (l. 14-16). É correto afirmar, em relação ao posicionamento do autor do texto, que ele

- (A) concorda que a data farroupilha potencializará demandas cada vez maiores a favor dos movimentos tradicionalistas gaúchos.
- (B) entende que a profecia de Lessa enaltece a sacralização da data farroupilha e desqualifica a Tchê Music.
- (C) concorda que discussão sobre a Tchê Music mostra o cumprimento da previsão de Lessa sobre ciclos musicais.
- (D) reitera que Lessa e os padrões de CTG não concordam com a presença do estilo da Tchê Music.
- (E) ratifica a sua rejeição à Tchê Music e enaltece a exacerbação com que a data farroupilha é comemorada.

28. O segmento *se estendem* (l. 17-18) poderia ser substituído, sem alteração do seu sentido no trecho, por

- (A) **se acentuam.**
- (B) **se enfeixam.**
- (C) **se entabulam.**
- (D) **se prolongam.**
- (E) **se suplantam.**

29. No trecho *A previsão do folclorista era de que, a partir de 2000, poderíamos assistir à eclosão do barulhismo* (l. 11-13), as palavras sublinhadas poderiam ser substituídas, sem mudança do sentido da frase, por

- (A) **à exacerbação.**
- (B) **à implosão.**
- (C) **ao aparecimento.**
- (D) **ao agravamento.**
- (E) **ao sucesso.**

30. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que melhor corresponde ao objetivo de uso das expressões *peleia* e *faca na bota* no trecho *A peleia está rendendo debates em rádios e jornais, com ambos os lados posando de faca na bota* (l. 23-24).

- (A) Desqualificar o ritmo musical da Tchê Music.
- (B) Ilustrar a linguagem moderna da música gaúcha.
- (C) Acentuar o caráter regional da discussão em tela.
- (D) Ampliar o movimento tradicionalista gaúcho.
- (E) Dirimir discussões sobre quaisquer vetos mencionados.

31. As palavras **público**, **fenômeno** e **temática** são acentuadas porque são

- (A) átonas.
- (B) quadrissílabas.
- (C) polissílabas.
- (D) paroxítonas.
- (E) proparoxítonas.

32. Das alternativas abaixo, assinale aquela em que há **ERRO** de ortografia nas duas palavras listadas.

- (A) sarjeta – esbanjem
- (B) lisonjeiro – túrgido
- (C) gorjeio – vertigem
- (D) egrégio – encorajem
- (E) rabujice – varegista

33. Numere os parênteses das frases abaixo de modo a indicar, para cada frase, uma justificativa correta para o uso de vírgulas conforme as opções numeradas a seguir.

- () Jayme Caetano Braun, Paixão Côrtes e Gildo de Freitas são nomes importantes da história do Movimento Tradicionalista Gaúcho.
- () Paixão Côrtes, famoso folclorista gaúcho, serviu de modelo para a estátua do Laçador.
- () A menos de um mês para a festa farroupilha de 20 de setembro, a profecia de Lessa está em vias de ser cumprida.

1. Separa um adjunto adverbial deslocado.
2. Separa elementos cuja função sintática é a mesma.
3. Separa um aposto.
4. Separa orações coordenadas.

A seqüência numérica correta de preenchimento dos parênteses da primeira coluna, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 3
- (B) 2 – 3 – 1
- (C) 2 – 3 – 4
- (D) 3 – 2 – 4
- (E) 4 – 2 – 1

34. Assinale a alternativa que corresponde ao preenchimento correto das lacunas da frase abaixo.

Muitos _____ não _____ noção do que _____ divulgado na mídia televisiva sobre os seus direitos constitucionais.

- (A) cidadãos – têm – vêem
- (B) cidadãos – tem – vêem
- (C) cidadãos – têm – vêm
- (D) cidadãos – têm – veêm
- (E) cidadãos – tem – vêem

35. Considere a frase **Uma natural e constante transformação da música popular brasileira impõe que sempre haja novos estilos musicais.** A forma verbal sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo da correção e do significado desta frase, por

- (A) possa existir.
- (B) possa existirem.
- (C) possa haverem.
- (D) possam haver.
- (E) possam existir.

36. A palavra **equanimidade** empregada na frase **Em respeito ao princípio da equanimidade, não serão avaliadas as provas escritas dos candidatos que tenham faltado à etapa de sua leitura em voz alta** corresponde, nesta frase, a um sentido de

- (A) ausência.
- (B) benevolência.
- (C) diferença.
- (D) imparcialidade.
- (E) serenidade.

37. Das palavras abaixo, assinale a que melhor corresponde ao sentido da palavra **patologia** tal como empregada na frase **A necessidade de buscar sempre um culpado para todos os seus equívocos era sinal de que alguma patologia se exacerbava, a cada dia, em seu psiquismo.**

- (A) doença
- (B) injúria
- (C) lesão
- (D) recalque
- (E) traumatismo

38. Assinale a alternativa que melhor corresponde ao sentido da palavra **idiosincrasia** conforme seu emprego na frase **O comportamento evasivo era uma idiosincrasia daquele sujeito apontado como culpado.**

- (A) afinidade
- (B) complacência
- (C) incapacidade
- (D) inépcia
- (E) particularidade

39. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas da frase "A medida _____ sobre todos os casos julgados _____ da necessidade de _____ o curso d'água."

- (A) influi – apartir – canalisar.
- (B) influe – à partir – canalisar.
- (C) influi – a partir – canalizar.
- (D) influe – apartir – canalisar.
- (E) influi – à partir – canalizar.

40. O radical das palavras **hematoma, hemoglobina e hematúria** indica que essas palavras têm um sentido relacionado a

- (A) aquecimento.
- (B) emoção.
- (C) equilíbrio.
- (D) igualdade.
- (E) sangue.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 08/2006

CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO
NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

PROVA OBJETIVA – FASE PRELIMINAR
SEGUNDA PARTE

– TARDE –

MATÉRIA	QUESTÕES
Direito Penal	01 a 25
Direito Processual Penal	26 a 45
Direito Administrativo	46 a 55
Direito Constitucional	56 a 65
Direito Civil	66 a 75
Direitos Humanos	76 a 80

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



INSTRUÇÕES

01. Esta PROVA consta de **80** questões objetivas (25 questões de Direito Penal, 20 questões de Direito Processual Penal, 10 questões de Direito Administrativo, 10 questões de Direito Constitucional, 10 questões de Direito Civil e 05 questões de Direitos Humanos).
02. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
03. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada, com caneta esferográfica, de cor azul ou preta, na FOLHA DE RESPOSTAS.
04. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **81** serão desconsideradas.
05. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
06. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
07. A duração da prova é de **05 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
08. Antes de decorridas **2** (duas) horas do início da prova, não será permitido ao candidato retirar-se, levando consigo os cadernos de prova.
09. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

01. Considere as seguintes afirmações a respeito da Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97). Assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os tipos de crime contidos na Lei de Tortura são previstos com indicação de dolo específico.
- (B) O crime de tortura sempre será comissivo próprio ou omissivo impróprio (comissivo por omissão), salvo em relação ao partícipe que o cometa de modo omissivo próprio.
- (C) Todas as formas de tortura admitem dolo genérico.
- (D) É compatível com crime de tortura a conduta negligente de funcionário de presídio que, ao cumprir outras obrigações funcionais, esquece de proporcionar alimentação a prisioneiro submetido a regime correicional de solitária, causando-lhe sofrimento físico.
- (E) Aplicam-se ao condenado por crime de tortura as consequências da condenação previstas no Código Penal.

02. Considere as seguintes afirmações a respeito do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Assinale a alternativa correta.

- (A) A omissão de socorro, após o agente praticar crime de homicídio culposo ou lesão corporal culposa, não pode ser considerada em concurso nem formal nem material com os referidos crimes culposos.
- (B) O denominado dano potencial, no crime de conduzir veículo em via pública sob influência de álcool, deve-se considerar consumado, ainda que não tenha criado perigo concreto para outrem.
- (C) É inaplicável aos crimes de trânsito o perdão judicial previsto para crimes culposos do Código Penal.
- (D) Cabe, em tese, a suspensão condicional do processo, segundo a Lei nº 9.099/95, no caso de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor.
- (E) São de ação penal pública condicionada à representação os crimes de trânsito de omissão de socorro, de violação de suspensão de habilitação, de participação em competição não autorizada e de embriaguez ao volante.

03. Considere as seguintes afirmações a respeito do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Assinale a alternativa correta.

- (A) A suspensão ou proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir pode ser aplicada como pena principal, admitida a cumulatividade com outras penalidades.
- (B) A multa reparatória, no curso do processo, pode ser imposta pelo juiz como garantia da ordem pública, desde que fundamentada sua decisão.
- (C) Se o réu tiver maus antecedentes, a suspensão ou proibição de obter habilitação poderá ser aplicada com quaisquer outras sanções, mesmo as cominadas aos crimes em espécie.
- (D) O valor de multa reparatória não será descontado da indenização civil.
- (E) Comete o crime de omissão de socorro o condutor de veículo que deixa, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou que, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixa de solicitar auxílio da autoridade pública, sendo que somente não se configura o delito se a omissão for suprida por terceiros.

04. Sobre o conteúdo material do princípio da legalidade enquanto viga mestra do direito penal de garantias e seus quatro postulados (*nullum crimen nulla poena sine lege praevia*, *nullum crimen nulla poena sine lege scripta*, *nullum crimen nulla poena sine lege stricta*, *nullum crimen nulla poena sine lege certa*), assinale a alternativa correta.

- (A) Pode-se afirmar que o postulado *nullum crimen nulla poena sine lege certa* não tem qualquer distinção do princípio da reserva legal, sendo empregados como sinônimos.
- (B) O postulado *nullum crimen nulla poena sine lege scripta* não proíbe a criação de tipos penais incriminadores por meio de costumes.
- (C) Com base no postulado *nullum crimen nulla poena sine lege scripta*, somente é admissível a criação de crimes e penas mediante lei promulgada de acordo com as previsões constitucionais.
- (D) Com base no postulado *nullum crimen nulla poena sine lege stricta*, é vedada qualquer forma de recurso à analogia em matéria criminal.
- (E) O postulado *nullum crimen nulla poena sine lege certa* veda qualquer forma de recurso a elementos normativos na construção de tipos penais incriminadores.

05. Sobre a estrutura jurídica do erro no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Mestre-escola que encontra palmatória no interior de uma gaveta da sala de professores e que aplica o instrumento em aluno rebelde será absolvido por erro de proibição.
- (B) Quem lesiona alguém corporalmente ao imaginar-se vítima de agressão, sabe ser típico seu proceder, mas supõe que sua conduta é lícita. Em consequência, é de se reconhecer, em juízo, uma discriminante putativa como erro de proibição.
- (C) Quando, decorrente de imprudência, houver erro de apreciação sobre inexigibilidade de conduta diversa, cabe o reconhecimento de erro de proibição, do qual resulta punição por crime culposo.
- (D) Quando o erro recai sobre a existência de causa de justificação (supondo o agente estar autorizado pela ordem jurídica), não havendo equívoco sobre situação de fato, esse erro incide sobre a proibição da conduta.
- (E) O desconhecimento da lei é inescusável. Por esta razão, o erro sobre a ilicitude do fato não isenta de pena, apenas poderá diminuí-la.

06. Sobre a estrutura jurídica da culpabilidade no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a teoria limitada da culpabilidade, adotada pelo Código Penal, todo e qualquer erro que recaia sobre uma causa de justificação é erro de proibição.
- (B) Para a teoria limitada da culpabilidade, o erro que recai sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação tem o mesmo efeito do erro de tipo, ou seja, exclui o dolo, mas permite a punição do fato como crime culposos, se previsto em lei.
- (C) Para a teoria limitada da culpabilidade, o erro quanto à justificativa da conduta não permite o reconhecimento de crime culposos.
- (D) Para a teoria limitada da culpabilidade, ocorrendo erro de proibição inevitável, cabe aplicação de redução da pena por atenuação do dolo.
- (E) Para a teoria limitada da culpabilidade, havendo erro evitável, o agente fica isento de pena.

07. Prefeito Municipal de pequena cidade do interior que acolhe parecer de experiente advogado da capital, constituído como consultor jurídico do Município, contrata, emergencialmente, médico para a Secretaria da Saúde, sem concurso público.

Relativamente à conduta do Prefeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Agiu com amparo da inexigibilidade de outra conduta.
- (B) Agiu com amparo de excludente putativa.
- (C) Agiu em erro de tipo vencível.
- (D) Agiu em erro de tipo invencível.
- (E) Agiu em erro de proibição.

08. Sobre a estrutura jurídica da tipicidade penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O dolo é o componente nuclear e primordial da tipicidade objetiva, pois significa o conhecimento e a vontade realizadora do tipo objetivo por parte do sujeito ativo.
- (B) O bem jurídico é componente imprescindível da tipicidade objetiva, sendo que a insignificância da afetação do bem poderá levar à exclusão da tipicidade penal.
- (C) A culpa inconsciente é aquela em que o sujeito ativo representou para si a possibilidade de produção do resultado, embora a tenha rejeitado, na crença de que, chegado o momento, poderá evitá-lo ou que ele não ocorrerá.
- (D) O dolo eventual é a assunção do risco de produção do resultado, independentemente do *animus* subjetivo do sujeito na anuência ou não deste resultado anteriormente previsto.
- (E) A caracterização inequívoca do instituto do crime impossível não terá repercussão na tipicidade penal.

09. O agente AA, com vontade de matar seu inimigo BB, agride-o com faca e nele causa várias lesões corporais. A vítima foge e, na perseguição, cai prostrada em razão dos ferimentos. Prestes a receber o golpe mortal, a vítima suplica pela vida. Sensibilizado, o agente afasta-se do local. A vítima, socorrida, é levada a um hospital onde se restabelece. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- (A) É hipótese de tentativa de homicídio, ante os vários atos informados pelo dolo de matar, não se consumando a morte ante a súplica da vítima.
- (B) É hipótese de tentativa de homicídio, pois apresenta-se caracterizada pelo inequívoco *animus necandi* do agente, não se consumando sua finalidade por motivo de piedade.
- (C) É hipótese de arrependimento eficaz, restando o agente punido por lesão corporal dolosa.
- (D) É hipótese de desistência voluntária, restando o agente punido por lesão corporal dolosa.
- (E) É hipótese de arrependimento posterior, restando o agente punido por lesão corporal dolosa com diminuição de pena.

10. Sobre os tipos legais de crimes praticados contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de concussão, por exigir resultado material, é compatível com a forma tentada, consumando-se com a percepção da vantagem.
- (B) O crime de concussão contém cominação penal mais rigorosa do que o crime de excesso de exação, quando o funcionário exigir tributo empregando meio vexatório ou gravoso não autorizado em lei.
- (C) O empregado de empresa contratada ou conveniada para execução de atividade típica da administração pública não pode ser considerado funcionário público para efeitos penais.
- (D) Por ser autônomo, o crime de contrabando não se subsume ou não é absorvido pelo ato de importar arma de fogo sem autorização competente, conduta típica prevista na legislação de armas de fogo, respondendo o agente pelo concurso material.
- (E) Para a configuração da tipicidade de peculato, conforme a primeira parte do art. 312, *caput*, do Código Penal ("Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem posse em razão do cargo"), é necessário que o agente pratique a conduta com o elemento subjetivo *animus rem sibi habendi*.

11. Sobre a responsabilidade penal a partir da Lei de Remoção de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano para fins de transplante e tratamento (Lei nº 9.434/97), assinale a alternativa correta.

- (A) Ocorrendo a morte do doador durante procedimento cirúrgico para o qual foram tomadas todas as precauções necessárias destinadas a obter êxito na remoção de órgão, embora todos os profissionais tivessem consciência do risco natural do tipo de cirurgia, o fato será imputável a todos os participantes da equipe médica a título de dolo eventual pelo resultado contemplado na lei dos transplantes.
- (B) Ocorrendo a morte do doador durante procedimento cirúrgico, causada pela conduta negligente de um dos profissionais da equipe médica (habilitada na forma da lei), o fato implicará imposição de pena do homicídio culposo a todos os participantes da equipe médica, pois aplicável o princípio *versari in re illicita* nas práticas médicas.
- (C) Ocorrendo a morte do doador, decorrente de efeitos anestésicos previsíveis, a equipe médico-cirúrgica será responsabilizada a título de lesão preterdolosa, ainda que os médicos hajam tomado as precauções técnico-cirúrgicas e as recomendadas pela ciência anesthesiológica.
- (D) Ocorrendo lesão gravíssima no doador (incapacidade permanente para o trabalho), causada por erro cirúrgico decorrente de imperícia, ocasionado pelo rompimento de importante artéria, será responsabilizado o executor do procedimento, pois aplicável o princípio *nullum crimen sine culpa*.
- (E) Transplante, mesmo quando realizado em desacordo com a legislação, não trará consequências penais se não houver resultado prejudicial para o transplantado.

12. Sobre concorrência plúrima ou co-delinquência no direito penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Atua como autor mediato o agente que, entregando a arma de fogo a um imputável, faz com que este dispare a arma contra a vítima, causando-lhe a morte.
- (B) A co-autoria sucessiva ocorre quando dois agentes, embora convergindo as suas condutas para a prática de uma determinada finalidade criminosa, não atuam unidos pelo liame subjetivo.
- (C) As circunstâncias pessoais se comunicam a todos os co-autores, ante a unidade do fato, desde que conhecidas pelo partícipe ou pelos partícipes.
- (D) A expressão "na medida de sua culpabilidade" contida no art. 29 do Código Penal, significa que cada um dos co-autores pode ser condenado por crime diverso.
- (E) Não é cabível co-autoria em crime culposo, pois exige-se o dolo, ao contrário do mero liame subjetivo de violação do dever objetivo de cuidado.

13. Considere as seguintes afirmações a respeito da Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98). Assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de provocar incêndio em mata ou floresta só é admitido na modalidade dolosa, tendo em vista o seu resultado.
- (B) Condenada criminalmente, a pessoa jurídica, no caso de interdição de direitos, poderá ser penalizada com proibição de contratar com o poder público por tempo diferente do que for indicado na punição penal imposta ao seu administrador.
- (C) As penas restritivas de direito, quando aplicadas a pessoas jurídicas, terão sempre a mesma duração da pena substitutiva, quanto ao máximo cominado para o crime em espécie.
- (D) Nos crimes de poluição ambiental, o máximo da interdição não ultrapassará a cominação máxima da pena prevista, salvo se aplicada a proibição de participar de licitação. Nesse caso, a proibição imposta pode ultrapassar o máximo cominado.
- (E) A pessoa jurídica poderá ser punida penalmente, ainda que nenhum de seus diretores ou administradores, membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário tenha praticado o crime a ela imputado, pois não é aplicável o princípio *societas delinquere non potest*.

14. Sobre os tipos legais de crime praticado contra a pessoa, assinale a alternativa correta.

- (A) No crime de rixa, admite-se o perigo abstrato, pois a participação na rixa não importa numa efetiva criação de risco para a vida e para a saúde das pessoas.
- (B) No crime de homicídio culposo, se o engenheiro age com negligência, deixando de aplicar técnica à qual devia obedecer profissionalmente, a ele é inaplicável majoração da pena, ante a proibição do *bis in idem*.
- (C) O crime de homicídio culposo é compatível com a forma tentada, excepcionalmente, quando a gravidade da conduta deixa de produzir morte de alguém, por circunstância fortuita, como no caso em que o agente envereda contra multidão, ao realizar manobra extremamente imprudente.
- (D) No crime de abandono de incapaz, a pena somente será aumentada se o abandono ocorrer em lugar ermo ou se o agente for ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.
- (E) O crime de lesão corporal culposa poderá ser classificado como leve, grave ou gravíssimo, dependendo do resultado ocorrido.

15. Médico pratica conduta tendente a produzir aborto, com o consentimento da gestante, vindo ela a morrer, mas salvando-se o filho. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- (A) É hipótese de punição pelo aborto e por homicídio culposo.
- (B) Não cabe punição pelo aborto, pois não se consumou, e sim pelo homicídio culposo.
- (C) Não cabe punição por tentativa de aborto, pois, em crime de aborto, não se admite tentativa, restando o homicídio culposo ou com dolo eventual.
- (D) É hipótese de tentativa de aborto em concurso formal com homicídio culposo ou dolo eventual, conforme se interprete o elemento psicológico do agente.
- (E) É hipótese de tentativa de aborto com a majorante da morte da gestante.

16. Sobre a estrutura jurídica da culpabilidade no direito penal, assinale a alternativa correta.

- (A) No modelo psicologista (já superado em nossa legislação penal), a relação psíquica do autor com o fato existe sob as formas psicológicas de dolo e culpa, entendendo-se que tanto o dolo quanto a culpa são denominados elementos do tipo.
- (B) Para a teoria normativista pura, a culpa inconsciente apresenta elemento psicológico absolutamente despidido de normatividade.
- (C) O conceito psicológico puro da culpabilidade abrange a culpa inconsciente, em que não existe nenhuma relação psicológica entre o autor e o resultado.
- (D) A teoria psicologista pura da culpabilidade permite valorar positivamente a hipótese da inexigibilidade de conduta diversa.
- (E) O denominado conceito normativo da culpabilidade, no qual se baseia a reprovação da conduta, decorre de haver o agente se decidido pelo injusto quando podia optar pelo direito.

17. Sobre os tipos legais de crimes praticados contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de extorsão mediante seqüestro, por ser crime contra o patrimônio, exige, para sua configuração, dolo específico de obtenção de vantagem patrimonial.
- (B) Não pratica crime contra o patrimônio o co-herdeiro que subtrai, para si ou para outrem, coisa comum que legitimamente detém.
- (C) As penas cominadas no Código Penal, para os crimes de roubo, extorsão e extorsão mediante seqüestro, todos com resultado de lesões graves ou morte, ao serem aplicadas, são aumentadas de metade se o crime é cometido contra menor de 14 anos ou alienado ou débil mental.
- (D) Pratica crime de estelionato quem suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade.
- (E) O crime de roubo se caracteriza pela subtração de coisa móvel alheia com emprego de grave ameaça ou violência física à pessoa.

18. Considere as seguintes afirmações a respeito da Lei dos Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei nº 9.613/98). Assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 9.613/98 prevê a interdição de exercício de função pública, pelo dobro do tempo da sanção privativa de liberdade aplicada, a título de pena acessória, nos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (B) A Lei nº 9.613/98 prevê a interdição de exercício de função pública como efeito da sentença penal condenatória, com duração igual ao dobro do tempo da pena privativa de liberdade imposta, nos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (C) A Lei nº 9.613/98 estabelece a medida de interdição como pena acessória pelo prazo que corresponde ao da pena imposta, ainda que o sentenciado obtenha substituição da sanção privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.
- (D) É crime de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores ocultar ou dissimular a natureza, a origem, localização de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime de sonegação fiscal.
- (E) Nos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, não se admite a tentativa, uma vez que se exige o crime antecedente para sua configuração típica.

19. Sobre os crimes comissivos e omissivos e a tentativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes comissivos de perigo abstrato são compatíveis com a forma tentada.
- (B) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade.
- (C) Os crimes de mera conduta, por apresentarem resultado meramente normativo, são incompatíveis com a definição de crime tentado.
- (D) Os crimes omissivos próprios e os crimes de resultado naturalístico são compatíveis com a forma tentada.
- (E) Admite-se a forma tentada na prática de contra-venção de exploração de jogo de azar, desde que a infração não tenha ocorrido por circunstâncias alheias à vontade do agente.

20. Atendendo ao princípio de "reserva de código", o art. 168 do Código Penal sofreu alteração em seu próprio texto. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que a jurisprudência (STJ e STF) consagrou majoritariamente.

- (A) O art. 168-A, § 1º, inciso I, do Código Penal (não recolhimento de contribuição previdenciária descontada dos empregados) não é uma forma específica de apropriação indébita, não se exigindo, para a configuração de sua tipicidade, a presença do denominado *animus rem sibi habendi*.
- (B) O art. 168-A, § 1º, inciso I, do Código Penal (não recolhimento de contribuição previdenciária descontada dos empregados) não é uma forma específica de apropriação indébita, sendo admitida, diante da ausência da prova do dolo, a modalidade culposa.
- (C) O art. 168, *caput*, do Código Penal (apropriação indébita), tendo em vista a alteração que introduziu o art. 168-A, deve ser interpretado, também, sem a exigência do *animus rem sibi habendi*.
- (D) É aplicável na sentença condenatória o arrependimento posterior, se, no caso de apropriação indébita previdenciária, o agente, espontaneamente, confessou e efetuou o pagamento das contribuições e prestou as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei, antes do início da ação fiscal, sendo vedada a extinção da punibilidade.
- (E) No crime de apropriação indébita, o procedimento administrativo constitui condição de procedibilidade da ação penal, ou da instauração de inquérito policial para apurar o delito.

21. Sobre os tipos legais de crimes praticados contra os costumes, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo não havendo a condição de superior hierárquico ou ascendência decorrente de exercício de emprego, cargo ou função, caracteriza-se o crime do art. 216-A, denominado assédio sexual.
- (B) O induzimento de alguém a satisfazer a lascívia de outrem somente é punível na modalidade dolosa e quando cometido com o fim de lucro.
- (C) No crime de assédio sexual, o sujeito passivo pode ser homem ou mulher, desde que o sujeito ativo se prevaleça de sua hierarquia ou ascendência no exercício de emprego, cargo ou função, pública ou particular.
- (D) Responde pelo crime de favorecimento da prostituição o agente que promove, intermedeia ou facilita, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoa que venha a exercer prostituição.
- (E) Se o sujeito ativo pratica atos de libidinagem com menor entre 14 e 18 anos, valendo-se de sua confiança, deverá ser punido pela prática do crime de corrupção de menores, ainda que não haja prova de ter-se efetivamente corrompido o sujeito passivo.

22. No que diz respeito aos crimes contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/90), assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior, com inobservância das formalidades legais, depende da finalidade de obtenção de lucro.
- (B) O crime de prometer a entrega de filho ou pupilo a terceiro mediante paga ou recompensa só se consuma com a entrega efetiva da criança.
- (C) Somente os pais ou o responsável legal da criança ou adolescente podem ser sujeito ativo do crime de submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- (D) Constitui efeito obrigatório da condenação resultante do crime de submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento utilizado para este fim.
- (E) A divulgação, na rede mundial de computadores ou internet, de fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente só será crime se o agente comete o delito com o fim de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial.

23. Sobre os crimes praticados contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- (A) Comete o delito de desobediência o delegado de polícia que, em razão de amizade com o autor do delito, não atende a requisição do Ministério Público para fins de instauração de inquérito policial.
- (B) O crime de corrupção ativa, para se configurar na forma consumada, deve ter causado prática funcional a infringir dever por parte do servidor público.
- (C) Constitui crime de prevaricação a conduta de policial civil que retarda, indevidamente, a prática de ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (D) A conduta do servidor fazendário, que, em razão de seu cargo, exige ou solicita, para si ou para outrem, vantagem indevida, constitui o crime de concussão previsto no art. 316 do Código Penal.
- (E) Constitui crime de advocacia administrativa a conduta de advogado particular que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública.

24. Sobre o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), assinale a alternativa correta.

- (A) É crime obstar idoso a qualquer cargo público por motivo de idade.
- (B) O crime de retenção de cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso exige dolo genérico, pois o tipo não impõe qualquer finalidade, consumando-se o crime com a simples retenção.
- (C) O conceito de idoso, para fins penais, estabelece idade igual ou superior a 65 anos.
- (D) O crime de exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso exige sujeito ativo especial.
- (E) O Estatuto do Idoso não prevê crime de omissão de socorro, valendo, para todos os casos, a regra do crime omissivo que consta no Código Penal.

25. Assinale a alternativa correta.

- (A) A inexigibilidade de conduta diversa é elemento integrante da definição de ilicitude, segundo a teoria normativa pura adotada pelo Código Penal.
- (B) A psicose tóxica (causada pelo álcool ou por entorpecentes) não exime o agente de responsabilidade penal.
- (C) Agente de crime violento, em estado de inimputabilidade decorrente de ingestão, por força maior, de substância anestésica, deve ser absolvido sem imposição de medida de segurança.
- (D) Agente, embriagado voluntariamente, é agredido por desafeto, repelindo a injusta agressão e vindo a matá-lo com o emprego de arma. A decisão judicial reconhece, no entanto, o excesso culposo decorrente do uso imoderado do meio de defesa. Diante desse quadro, pode-se afirmar que o agente não responderá pelo excesso.
- (E) Agente vinculado a polícia civil, exercitando seu dever funcional, prende, em flagrante delito de roubo, perigoso assaltante, fugitivo de presídio de segurança máxima. No curso do trajeto que empreendeu para levar o preso ao plantão policial, excede-se na velocidade, vindo a capotar o veículo e a causar a morte do detido. Nesse caso, o policial não poderá ser punido, por estar em exercício regular de direito.

26. Sobre a Lei de Identificação Criminal (Lei nº 10.054/00), assinale a alternativa correta.

- (A) Agente preso em flagrante por crime inafiançável, que não disponha de cédula de identidade civil, deve ser identificado criminalmente, devendo tal peça ser juntada ao auto de prisão.
- (B) Não dispondo o indiciado de identificação civil, a autoridade policial, desde logo, pode identificá-lo criminalmente, ainda que ausentes os casos excepcionais que autorizam a identificação criminal.
- (C) Não dispondo o indiciado de identificação civil, a autoridade policial somente poderá identificar criminalmente o indiciado, uma vez ausentes os casos excepcionais permissivos de identificação criminal, após concedido o prazo de 24 horas para que o indiciado comprove sua identidade civil.
- (D) Em caso de indiciamento de agente (solto) por prática de crime de tráfico de entorpecente, que não disponha de identidade civil, a autoridade policial poderá, desde logo, identificá-lo criminalmente.
- (E) A Lei de Identificação Criminal garante que o civilmente identificado por documento original não será submetido à identificação criminal, mesmo que exista fundada suspeita de falsificação ou adulteração do documento de identidade apresentado.

27. Sobre medidas assecuratórias, assinale a alternativa correta.

- (A) Bens imóveis do acusado, transferidos antes da prática do fato criminoso para terceiro, serão objeto de seqüestro, para garantir a execução após condenação criminal.
- (B) Bens imóveis do acusado, transferidos antes da prática do fato criminoso para terceiro, serão objeto de seqüestro, para garantir a execução após condenação criminal, devendo, para esse efeito executório, ser inscritos no registro imobiliário.
- (C) Bens móveis encontrados em busca domiciliar, apreendidos pela autoridade policial, serão hipotecados, para garantir ressarcimento do dano.
- (D) Embargos de terceiros de boa fé, a quem se imputa aquisição de bens obtidos pelo indiciado com proventos da infração, somente serão apreciados pelo juiz após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (E) Embargos de terceiros de boa fé, a quem se imputa aquisição de bens obtidos pelo indiciado com proventos da infração, não serão apreciados pelo juiz, mas diretamente pelo Tribunal de Justiça.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em todos os casos, a decisão de mérito no processo criminal basear-se-á na livre apreciação das provas.
- (B) Havendo auto de exame de corpo de delito, firmado por um só perito oficial, pois o outro *expert* morrera um dia antes, o juiz poderá condenar o réu com base exclusivamente nesse laudo.
- (C) A fundamentação de juiz, de não ser sobrinho de advogado de parte, legitima a sentença, mesmo que a parte *ex adversa* apresente certidões de nascimento que demonstrem o parentesco.
- (D) No ato judicial de interrogatório do réu, não é obrigatória a presença de defensor, uma vez que é ato personalíssimo do juiz.
- (E) A alegação do réu de não ser filho da vítima, em contradição com a prova testemunhal unânime, prevalece ante inexistência de prova de estado de filiação, segundo a lei civil.

29. Assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo o querelante menor de 21 anos e maior de 18, o perdão ao querelado será exercido por ele com anuência de seu representante legal.
- (B) O perdão aceito pelo querelado maior de 18 e menor de 21 anos, caso seu representante não venha a anuir, não terá efeito processual, pois, se absolvido, poderá promover ação de ressarcimento pelo dano moral, ante querela desacolhida.
- (C) No caso de calúnia contra o Presidente da República, em que o ofensor pretendia concorrer para desestabilizar as instituições nacionais, imputando-lhe conduta criminosa de estar tramando a invasão do território do Brasil por Estado Estrangeiro, a ação penal depende de requisição do Ministro da Justiça.
- (D) Denúncia por prática de calúnia contra agente que ofende a honra do Presidente da República depende de requisição do Ministro da Justiça.
- (E) A requisição de Ministro da Justiça vincula o Ministério Público para oferecer denúncia contra o ofensor do Presidente da República que lhe imputa prática de peculato.

30. Sobre a ação autônoma de impugnação de *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para apreciar impetração de *habeas corpus* contra delegado de polícia federal, a quem se imputa coação ilegal por investigar receptação de bens particulares, é de juiz estadual, pois sobre a matéria investigada, receptação, caberia exame pela justiça estadual.
- (B) Segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é cabível a impetração de *habeas corpus* mesmo quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- (C) Não cabe concessão de *habeas corpus* para fins de trancamento de inquérito policial e ação penal.
- (D) O juiz não tem competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, mesmo quando, no curso do processo, verificar que o acusado sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- (E) O juízo estadual não pode conceder *habeas corpus* contra ato de policial federal, mesmo que a polícia federal invada as atribuições da estadual.

31. Sobre as regras de competência, assinale a alternativa correta.

- (A) Crime praticado contra a fauna é de competência da Justiça Estadual.
- (B) Crime de homicídio praticado contra policial rodoviário federal no exercício de função é de competência do Tribunal do Júri na Justiça Estadual.
- (C) Crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social é de competência da Justiça Federal.
- (D) Crime de falsificação de carteira funcional da Ordem dos Advogados do Brasil é de competência da Justiça Estadual.
- (E) Crime em que o Banco do Brasil seja sujeito passivo é de competência da Justiça Federal.

32. Sobre as regras de competência, assinale a alternativa correta.

- (A) O exame de conflito de competência entre juiz estadual e federal é de competência do Tribunal Regional Federal, em seu território de atuação. Fora dele, é do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Crime hediondo praticado por um indígena contra outro, em disputa individual de terra, é da competência da Justiça Federal.
- (C) Crime de homicídio, praticado por policial militar contra sindicalista que atentava contra a organização do trabalho, é de competência da Justiça Federal.
- (D) O *exequatur* de carta rogatória é de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Crime praticado a bordo de aeronave estrangeira, pousada em solo da capital de Estado Membro, é de competência da Justiça Federal.

33. Assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo o réu alegado legítima defesa e seu defensor técnico sustentado legítima defesa putativa, o juiz dará primazia à tese do advogado.
- (B) A suspensão do processo, sendo o réu citado por edital, acarreta a suspensão do lapso prescricional, salvo se as normas mais gravosas sobre prescrição forem editadas depois do fato.
- (C) Tendo a nova redação do art. 185 do Código de Processo Penal estabelecido que o acusado será qualificado, não pode este eximir-se de fornecer ao juiz seus dados pessoais, para que se faça o reconhecimento.
- (D) É válido o entendimento de que, embora o silêncio não implique confissão, poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- (E) Não é válido o processo após o ingresso nos autos de prova ilícita se o juiz dela não se vale para fundamentar sua convicção.

34. Sobre infrações de menor potencial ofensivo, assinale a alternativa correta.

- (A) As contravenções penais, inclusive as de procedimento especial, são consideradas infrações de menor potencial ofensivo, sendo processadas e julgadas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais nos termos do procedimento sumaríssimo.
- (B) No procedimento sumaríssimo, não há vedação expressa para a oitiva de testemunha por meio de carta precatória, mas o meio de prova não é admitido com base no princípio da celeridade processual.
- (C) Não se admitirá proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor do fato condenado, anteriormente, pela prática de contravenção ou crime.
- (D) Obtida a composição dos danos civis, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação, devendo o Ministério Público formalizar proposta de transação penal, se o autor do fato preencher os requisitos legais.
- (E) Para o oferecimento da denúncia pela prática de infrações de menor potencial ofensivo, é imprescindível o exame de corpo de delito, não podendo ser suprida a exigência pela prova originária de boletim médico.

35. Sobre prova em matéria processual penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A prova ilícita pode servir de fundamento para a absolvição, embora o art. 5º da Constituição Federal estabeleça serem inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos.
- (B) A testemunha contraditada não prestará compromisso, salvo os proibidos de depor, os parentes, os doentes, os deficientes mentais e os menores de 14 anos.
- (C) A testemunha que vive em união estável com o réu não poderá alegar este fato para esquivar-se de depor.
- (D) Caberá acareação de acusado com testemunhas e de testemunhas com perito do juízo, além das outras hipóteses previstas pelo Código de Processo Penal.
- (E) O valor da confissão, quando feita perante a autoridade policial e na presença de advogado, tem valor probatório pleno, sendo vedada a retratação posterior por parte do confesso.

36. Sobre inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade policial poderá determinar a incomunicabilidade do indiciado, que não excederá de três dias, sempre que houver interesse da sociedade ou conveniência da investigação.
- (B) A regra da sigilação do inquérito policial não admite exceção, não tendo o indiciado o direito de ter ciência das razões que motivaram o seu indiciamento.
- (C) Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- (D) A autoridade policial, quando flagrante a prescrição do fato investigado, poderá determinar o arquivamento do inquérito.
- (E) O Ministério Público não poderá oferecer denúncia sem que tenha sido concluído e relatado inquérito policial que investigue o mesmo fato objeto da denúncia.

37. Sobre as regras de competência, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente A é processado na circunscrição federal X, acusado de subornar policial federal no Município Y. Criada nova circunscrição na Justiça Federal, agora no Município Y, o juízo X perde a competência para a causa, passando esta para a circunscrição recém criada em Y.
- (B) Havendo mais de uma circunscrição policial numa comarca, a autoridade policial deverá, no inquérito que presidir, solicitar inquirição de testemunha residente em outra circunscrição, mediante precatória.
- (C) Em um caso em que determinada vítima, ferida na Comarca X, é levada para hospital da Comarca Y, onde vem a morrer, o júri deverá realizar-se na Comarca Y, por ser o local onde se consumou a infração.
- (D) Se o crime imputado a um agente é o de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos, a competência para processar e julgar o acusado é do foro em que se situa o banco sacado.
- (E) Diretor de presídio estadual de segurança máxima permite saída de condenados em final de semana, mediante propina, vindo a ser denunciado por corrupção passiva. Nesse caso, deverá ser processado na Justiça Federal.

38. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público poderá desistir da ação penal, desde que o fato narrado evidentemente não constituir crime.
- (B) O direito processual penal contempla o princípio da identidade física do juiz, sendo vedado o julgamento da causa por juiz que não participou da fase instrutória.
- (C) Investigada e constatada pela autoridade policial a prática de crimes de ação penal privada, o juízo, para o processo, deverá nomear advogado para o ofendido que comprovar pobreza.
- (D) Exercida ação penal privada em crime de ação penal pública não intentada no prazo legal, se o promotor repudiar a queixa-crime, alegando atipicidade da conduta, fica o juiz obrigado a rejeitá-la, por ser o ato de repúdio equivalente a pedido de arquivamento, ou, não concordando, remeter os autos ao Procurador-Geral.
- (E) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, uma vez que esta concluiu a investigação.

39. Sobre prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- (A) Condenado foragido, reconhecido pela polícia, só será preso mediante ordem escrita do juízo competente.
- (B) A autoridade policial poderá ingressar em domicílio privado, durante o dia, ainda que resista o morador, para efetuar prisão em flagrante.
- (C) A homologação da prisão em flagrante e a manutenção do flagrado preso podem desconsiderar as condições de decretação da prisão preventiva.
- (D) Poderá ser permitido o uso de força na prisão em flagrante, em qualquer circunstância, mesmo que não haja resistência ou tentativa de fuga do preso.
- (E) Somente o escrivão competente pode lavrar o auto de prisão em flagrante.

40. Sobre prova em matéria processual penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz não poderá dar ao fato nova definição jurídica que implique imposição de pena mais grave, embora haja prova sobre elementos do crime, não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia.
- (B) Prova, em processo penal, consiste no elemento de fato ou em documentos, produzidos por iniciativa da polícia, das partes ou do juiz, objetivando estabelecer fatos a serem livremente apreciados pelo julgador na sentença, salvo as restrições da lei civil quanto ao estado das pessoas e quanto ao exame dos vestígios deixados pela infração.
- (C) Prova é a reprodução, no processo, de elementos de fato, produzidos por iniciativa das partes, do juiz, de peritos ou testemunhas, com a finalidade contribuir para formar a convicção do juízo.
- (D) O interrogatório do réu Semprônio, tomado no processo A, usado por empréstimo no processo B, pode-se entender como prova hábil para condenar ou absolver Suetônio, réu neste segundo processo, mesmo que o Ministério Público e o advogado de defesa não tenham tido oportunidade de inquirir Semprônio.
- (E) Podem entender-se como provas os elementos produzidos por quem não seja parte nem juiz, entendendo-se que tais elementos não passam de indícios.

41. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o réu, submetido a interrogatório, invocar o direito de ficar calado, o juiz deverá adverti-lo de que o silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa.
- (B) A vítima tem direito ao assistente à acusação, que poderá habilitar-se como tal no inquérito policial e na ação penal, até mesmo depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (C) Se o réu tem o direito de ficar calado, não se pode obrigá-lo a fornecer padrões gráficos de próprio punho para exame pericial, destinado a comprovar ou não falsidade documental.
- (D) Em comarcas de fronteira com outro país, a jurisprudência majoritária admite a expedição de carta registrada para efeito de intimação de testemunha residente no país vizinho para depor na sede do juízo de instrução do feito.
- (E) No procedimento sumaríssimo das infrações de menor potencial ofensivo, o interrogatório do réu precederá a produção da prova testemunhal.

42. Sobre o instituto da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95), assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz pode estabelecer prestação de serviços à comunidade, baseado na Lei nº 9.099/95, como requisito para a concessão da suspensão condicional do processo.
- (B) O juiz deverá revogar a suspensão condicional do processo, sem ouvir o acusado, quando vier aos autos prova de recebimento de denúncia por fato contravençional ou criminoso diverso.
- (C) É atribuição específica do Ministério Público o oferecimento ou não da suspensão condicional do processo, independentemente de fundamentação, uma vez que possui poder discricionário.
- (D) Não correrá prescrição durante o prazo da suspensão condicional do processo.
- (E) Somente é cabível a suspensão condicional do processo em caso de infração de menor potencial ofensivo, entendendo-se como tal à que se comina pena máxima de 2 (dois) anos.

43. Sobre prisão preventiva (art. 312 do Código de Processo Penal), assinale a alternativa correta.

- (A) Somente pode ser decretada durante a investigação criminal se for caso de crime hediondo, sendo vedada a liberdade provisória.
- (B) Poderá ser decretada com base na gravidade do delito e na repercussão do fato na comunidade.
- (C) Não possui prazo para sua duração determinado em lei, mas deve atender aos princípios da proporcionalidade e necessidade.
- (D) Poderá ser decretada nos casos de crimes dolosos e culposos, desde que para assegurar a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal.
- (E) Poderá ser decretada mesmo existindo nos autos prova de que o agente agiu com amparo em excludente da ilicitude.

44. Sobre prisão temporária (Lei nº 7.960/89), assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para prisão temporária, em regra, é de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco), a critério do juiz.
- (B) O prazo para prisão temporária, em regra, é de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado pelo juiz por mais 5 (cinco), demonstrada extrema e comprovada necessidade.
- (C) Quando for imprescindível para a investigação criminal, o juiz pode decretar de ofício a prisão temporária pelo prazo de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco), demonstrada extrema e comprovada necessidade.
- (D) Caberá prisão temporária quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, seja qual for o crime investigado.
- (E) Quando se tratar de prisão temporária para fins meramente investigativos, torna-se desnecessária a fundamentação da decisão judicial que a determina.

45. Sobre Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos Juizados Especiais Federais Criminais, a suspensão condicional do processo se dará em casos de infração com pena máxima cominada em 1 (um) ano de prisão.
- (B) Nos Juizados Especiais Federais Criminais, a suspensão condicional do processo se dará em casos de infração com pena mínima cominada em 2 (dois) anos de prisão.
- (C) Nos Juizados Especiais Criminais, a suspensão condicional do processo se dará em casos de infração com pena mínima cominada em 2 (dois) anos de prisão.
- (D) Nos Juizados Especiais Criminais, a suspensão condicional do processo se dará em casos de pena mínima cominada igual ou inferior a 2 (dois) anos de prisão.
- (E) Nos Juizados Especiais Criminais, a suspensão condicional do processo se dará em casos de infração com pena mínima cominada em até 1 (um) ano de prisão.

46. Qual, dentre as alternativas abaixo, contém apenas princípios orientadores da Administração Pública com explícita assinalação constitucional?

- (A) Impessoalidade, eficiência, justiça e legalidade.
- (B) Legalidade, moralidade, participação e razoabilidade.
- (C) Publicidade, equidade, economicidade e eficiência.
- (D) Moralidade, impessoalidade, tolerância e motivação.
- (E) Legitimidade, publicidade, justiça e economicidade.

47. Assinale as afirmações abaixo com **V** (verdadeiro), ou **F** (falso).

- () Recente doutrina de Direito Administrativo, nos últimos dez anos, afirma que não há uma separação absoluta e rígida entre o poder vinculado e o poder discricionário da Administração, eis que se tratam apenas de diferentes graus de submissão à legalidade (ou juridicidade) administrativa.
- () O poder normativo configura um dos modos de exercício do poder regulamentar, no âmbito do Poder Legislativo.
- () O exercício do poder disciplinar é uma prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário.
- () As faculdades dos superiores sobre os subordinados, nas relações entre órgãos da Administração Pública, traduzem o que se denomina poder hierárquico.

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V - V - F - F.
- (B) F - V - F - F.
- (C) F - F - V - F.
- (D) V - F - F - V.
- (E) V - F - V - V.

48. Assinale a alternativa que indica entidade que **NÃO** integra a Administração Pública.

- (A) Uma sociedade de economia mista, que explora atividade econômica de produção de bens.
- (B) Uma universidade, estruturada sob a forma de fundação autárquica.
- (C) Um hospital, definido como organização social, nos termos da lei.
- (D) Uma empresa pública, definida legalmente como instituição financeira.
- (E) Uma Secretaria de Estado, com competência para buscar o desenvolvimento econômico.

49. Nos termos do Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, considere as transgressões disciplinares abaixo relacionadas e indique, dentre as alternativas, aquela continente das respectivas penas máximas, aplicáveis a servidores em atividade.

- I - Exercer atividades particulares que afetem a presunção de imparcialidade, ou que sejam social ou moralmente nocivas à dignidade do cargo.
- II - Coagir subordinados com objetivos político-partidários.
- III - Espancar, torturar ou maltratar preso ou detido sob sua guarda ou usar de violência desnecessária no exercício da função policial.

- (A) detenção disciplinar (I) - demissão a bem do serviço público (II) - repreensão (III)
- (B) demissão (I) - suspensão (II) - advertência (III)
- (C) remoção por conveniência da disciplina (I) - repreensão (II) - demissão a bem do serviço público (III)
- (D) suspensão (I) - advertência (II) - remoção por conveniência da disciplina (III)
- (E) demissão a bem do serviço público (I) - demissão (II) - suspensão (III)

50. Considere as afirmações abaixo sobre o controle da Administração Pública.

- I - Quando realizado pelos Tribunais de Contas, restringe-se à legalidade dos atos praticados, não adentrando no exame da sua legitimidade.
- II - Compete aos Tribunais de Contas apenas a emissão de parecer sobre as contas de todos aqueles que gerenciam recursos públicos, remetendo sempre as suas conclusões ao julgamento dos respectivos Poderes Legislativos.
- III - Cabe aos Tribunais de Contas a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Pública, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

51. Considerando o que diz a Constituição da República, assinale, dentre as atividades citadas abaixo, aquela que **NÃO** se constitui serviço público, cuja prestação incumbe, direta ou indiretamente, ao Poder Público.

- (A) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural
- (B) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros
- (C) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens
- (D) a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária
- (E) a assistência social

52. No exercício da autotutela administrativa, a Administração Pública

- (A) deve anular atos administrativos por critério de conveniência e de oportunidade.
- (B) pode convalidar atos administrativos com vício insanável.
- (C) deve anular os atos administrativos por defeito de motivação.
- (D) deve convalidar atos administrativos por desvio de finalidade.
- (E) pode revogar atos administrativos em caso de abuso de poder.

53. São princípios específicos informativos dos serviços públicos

- (A) continuidade, eficiência, mutabilidade e cortesia na prestação.
- (B) generalidade, regularidade, livre concorrência e modicidade de tarifas.
- (C) regularidade, universalidade, mutabilidade e caducidade.
- (D) continuidade, eficiência, universalidade e subsidiariedade.
- (E) generalidade, gratuidade, cortesia na prestação e livre concorrência.

54. Em relação ao controle judicial da atividade administrativa, assinale a afirmação correta.

- (A) O mandado de segurança é remédio processual que pode ser impetrado para prevenir coação na liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) A ação popular pode ser ajuizada por pessoa natural ou jurídica para anular ato lesivo ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.
- (C) O mandado de segurança coletivo impetrado por entidade de classe em favor dos associados depende de prévia autorização destes.
- (D) O mandado de segurança é cabível contra ato de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público para proteger direito líquido e certo.
- (E) O *habeas corpus* é ação constitucional que pode ser impetrada para assegurar o conhecimento de informações constantes de registros de caráter público.

55. Considere as afirmações abaixo à luz do Estatuto e do Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, Lei estadual nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994.

- I - No estágio probatório, serão avaliadas a disciplina, a eficiência, a responsabilidade, a produtividade e a assiduidade do servidor nomeado em caráter efetivo.
- II - A exoneração, a demissão, a readaptação, a aposentadoria, a recondução, a remoção, a redistribuição e o falecimento acarretam a vacância do cargo.
- III - Nos cargos organizados em carreira, as promoções de um grau para o outro imediatamente superior atenderão aos critérios de merecimento e de antigüidade, exceto quando se tratar de promoção para o último grau.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

56. No Brasil, a declaração de inconstitucionalidade de norma jurídica pelo Poder Judiciário

- (A) é reservada ao Supremo Tribunal Federal, como guarda que é da Constituição.
- (B) depende sempre de ações diretas visando a exclusão da norma do ordenamento.
- (C) é vedada, em princípio, aos órgãos fracionários (turmas, câmaras, etc.) dos tribunais.
- (D) importa, necessariamente, a declaração da nulidade *ex-tunc* da norma examinada.
- (E) é incabível relativamente a emendas constitucionais regularmente aprovadas.

57. A partilha territorial dos encargos legislativos e político-administrativos entre as pessoas de direito público interno é matéria que se inclui no âmbito constitucional denominado de

- (A) regime de governo.
- (B) forma de Estado.
- (C) sistema de governo.
- (D) forma de governo.
- (E) regime de poder.

58. Conforme o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, a direção superior da administração federal é ordinariamente exercida

- (A) pelos chefes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (B) pelos chefes dos poderes Executivo e Legislativo.
- (C) pelos chefes dos poderes Executivo e Judiciário.
- (D) pelo Presidente da República individualmente.
- (E) pelo Presidente da República, com o auxílio dos ministros de Estado.

59. No que se refere à nacionalidade, indique a afirmação que está mais adequada à Constituição.

- (A) Não poderá exercer o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil pessoa nascida no estrangeiro.
- (B) No instituto da opção pela nacionalidade brasileira, o optante torna-se brasileiro naturalizado.
- (C) Os cargos de Ministro de Estado na República Federativa do Brasil são privativos de brasileiro nato.
- (D) A aquisição de outra nacionalidade levará, em princípio, à perda da nacionalidade brasileira.
- (E) Salvo os casos previstos em lei complementar, o português, no País, goza dos direitos inerentes ao brasileiro.

60. Quanto à segurança pública em sentido estrito, indique a afirmação que está mais adequada à Constituição.

- (A) A segurança pública é preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas.
- (B) A apuração dos crimes contra a ordem política e social cabe às polícias estaduais.
- (C) Segurança pública abrange, entre outros aspectos, a defesa do Estado e da Pátria.
- (D) A Polícia Militar do Distrito Federal subordina-se diretamente ao Ministro da Justiça.
- (E) Em segurança pública, o Município tem competência legislativa e administrativa.

61. Os direitos-liberdades e os direitos políticos da pessoa distinguem-se porque

- (A) os primeiros vêm da Grécia antiga; os segundos, do pós-Primeira Guerra Mundial.
- (B) os primeiros pedem regulação para serem exercidos; os segundos são auto-exeqüíveis.
- (C) os primeiros envolvem poderes de agir diante do Estado; os segundos, poderes de participar.
- (D) os primeiros supõem vínculo de nacionalidade; os segundos, partidos políticos organizados.
- (E) os primeiros são da essência do Estado dito Social; os segundos, do Estado dito Liberal.

62. São princípios jurídicos reconhecidos como os três mais importantes pilares do Estado democrático de Direito

- (A) a isonomia, o devido processo legal, o direito dos acusados à ampla defesa.
- (B) a liberdade individual, o controle da constitucionalidade, a dignidade da pessoa.
- (C) o direito de ir e vir, o acesso ao judiciário, a inviolabilidade do domicílio.
- (D) a inviolabilidade da vida, a propriedade particular, o direito de herança.
- (E) a legalidade, a igualdade perante a lei, a segurança jurídica.

63. As vedações ou proibições levantadas pela Constituição à atuação do Estado, com a finalidade de permitir a esfera de autonomia das pessoas, são tecnicamente denominadas de

- (A) remédios constitucionais.
- (B) direitos fundamentais.
- (C) franquias democráticas.
- (D) garantias fundamentais.
- (E) remédios heróicos.

64. A extradição de brasileiro

- (A) é absolutamente vedada pela Constituição, que não admite exceções.
- (B) é absolutamente vedada pela Constituição quanto ao brasileiro nato.
- (C) é admitida, quanto a brasileiro nato, somente em caso de tráfico de drogas.
- (D) é admitida nos casos de terrorismo e de tráfico de drogas.
- (E) é admitida somente em caso de terrorismo.

65. Entre os direitos de que o preso será informado pela autoridade, a Constituição destaca

- (A) o de sua integridade física e psicológica.
- (B) o de permanecer calado.
- (C) o de ampla defesa.
- (D) o da assistência religiosa.
- (E) o do direito à fiança.

66. A Parte Geral do Código Civil, embora objeto de muitas críticas feitas pela doutrina nacional, foi mantida no atual Código Civil porque

- (A) representa o alicerce do direito privado, cujos conceitos são utilizados por outros ramos do Direito.
- (B) constitui uma forma erudita de legislar, porquanto as Institutas de Justiniano também continham uma Parte Geral.
- (C) o Legislador quis distinguir o CCB dos demais Códigos Cíveis da América Latina, todos eles desprovidos de Parte Geral.
- (D) representa a influência do Código Civil francês de 1804.
- (E) aproximaria o Código Civil do Código Penal, que também dispõe de uma Parte Geral.

67. Segundo o Código Civil, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

- (A) transmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (B) intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (C) intransmissíveis e renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (D) transmissíveis e renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (E) intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

68. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com

- (A) a lavratura do ato constitutivo.
- (B) a autorização ou aprovação de funcionamento pelo Poder Executivo.
- (C) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- (D) a subscrição da totalidade do capital social.
- (E) a aprovação do ato constitutivo pela assembléia geral.

69. Não perdem o caráter de bens imóveis

- (A) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- (B) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.
- (C) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- (D) as energias que tenham valor econômico.
- (E) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

70. Com referência à natureza de pertença, marque a alternativa correta.

- (A) As pertenças não são partes integrantes dos bens, mas servem ao seu fim econômico.
- (B) As pertenças entram na categoria das benfeitorias úteis.
- (C) As pertenças são atributo exclusivo dos bens privados.
- (D) Os bens públicos não têm pertenças.
- (E) Os bens móveis não têm pertenças.

71. Marque a alternativa correta em relação a exercício, aquisição ou suspensão do direito.

- (A) O termo inicial, estabelecido em um contrato, suspende a aquisição do direito.
- (B) O termo inicial suspende o exercício do direito do contratante.
- (C) A condição suspensiva, aposta em um contrato, não impede a sua eficácia, desde que o devedor dela tenha ciência.
- (D) É possível estabelecer um contrato sob condição que o sujeito ao arbítrio do credor.
- (E) Os contratos admitem toda e qualquer condição.

72. Os prazos de prescrição

- (A) podem ser alterados por acordo das partes.
- (B) podem ser alterados por acordo das partes, exceto se uma delas for incapaz.
- (C) podem ser alterados por acordo das partes sujeito a homologação judicial.
- (D) podem ser alterados por acordo das partes, quando inferiores a 10 (dez) anos.
- (E) não podem ser alterados por acordo das partes.

73. Marque a alternativa correta em relação à diferença entre negócios jurídicos e atos jurídicos.

- (A) Nos negócios jurídicos, os efeitos são estabelecidos de antemão pelo legislador, enquanto, nos atos jurídicos *stricto sensu*, eles dependem exclusivamente da vontade dos declarantes.
- (B) Nos atos jurídicos *stricto sensu* não há necessidade de ser perquirida a capacidade do agente, enquanto, nos negócios jurídicos, a sua falta é causa de anulação do negócio.
- (C) Os negócios jurídicos são sempre bilaterais e seus efeitos são invariáveis, enquanto os atos *stricto sensu* são sempre unilaterais e seus efeitos são variáveis.
- (D) Os negócios jurídicos têm seus efeitos determinados pelas partes, desde que dentro dos limites legais, enquanto, nos atos jurídicos *stricto sensu*, os efeitos são *ex lege*.
- (E) Não há uma diferença essencial entre negócios e atos jurídicos, podendo alguns atos *stricto sensu* serem considerados verdadeiros negócios.

74. No Código Civil, o instituto da lesão

- (A) não foi regulado.
- (B) está compreendido nas regras pertinentes ao erro ou ignorância.
- (C) está compreendido nas regras pertinentes ao dolo.
- (D) está compreendido nas regras pertinentes ao estado de perigo.
- (E) foi regulado especificamente entre os defeitos dos atos jurídicos.

75. Na caracterização dos atos ilícitos, o Código Civil considera

- (A) apenas os danos materiais.
- (B) apenas os danos morais.
- (C) os danos materiais e morais, devendo os últimos concorrer com os primeiros para ocasionar obrigação de indenizar.
- (D) os danos materiais e morais, havendo obrigação de indenizar ainda que se trate exclusivamente de danos morais.
- (E) os danos materiais e morais, sendo a obrigação de reparar os primeiros excludente da obrigação de reparar os últimos.

76. No Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o segundo parágrafo refere-se a quatro liberdades de uma ordem mundial proclamada como a mais elevada aspiração dos seres humanos.

Assinale a alternativa que contém essas quatro liberdades.

- (A) de falar e de crer, de viver a salvo do medo e da miséria
- (B) de educar-se, de associar-se a partidos, de formar família e de iniciativa econômica
- (C) de acesso à saúde, de locomover-se, de atuar na política e de demandar em juízo
- (D) de domicílio, de peticionar, de votar e de exigir uma nacionalidade
- (E) de ter propriedade, de reunião política, de escolha do trabalho e de filiar-se a sindicatos

77. NÃO se encontra expressamente previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas o direito

- (A) à segurança da pessoa.
- (B) à proteção do consumidor.
- (C) a uma nacionalidade.
- (D) à inviolabilidade da vida privada.
- (E) a uma remuneração equitativa pelo trabalho.

78. O Art. 5º. da Constituição, em seu *caput* e em seus incisos, contempla

- (A) os direitos constitucionalmente relevantes.
- (B) as prestações positivas do Estado que asseguram a todos uma existência digna.
- (C) os instrumentos específicos de participação do povo no governo.
- (D) os grandes princípios jurídicos do Estado de Direito.
- (E) as limitações do poder de tributar.

79. A prerrogativa de invocar crença religiosa para eximir-se de obrigação legal imposta a todos, prevista no Art. 5º, VIII, da Constituição, denomina-se, na doutrina dos direitos humanos, de

- (A) liberdade de crença.
- (B) direito ao livre direcionamento.
- (C) prerrogativa de discordar.
- (D) direito do dissidente.
- (E) objeção de consciência.

80. Por disposição expressa da Constituição, a autoridade policial competente, no exercício de suas atividades, poderá usar de propriedade particular

- (A) quando for necessário ao serviço.
- (B) na perseguição de criminoso em caso de flagrante.
- (C) no caso de iminente perigo público.
- (D) somente para salvar a própria vida ou a de terceiro.
- (E) somente no combate ao narcotráfico.